

Caindo na real

Rogério L. Furquim Werneck*

Já não há mais espaço para auto-engano sobre a inflação. Mas o reconhecimento da gravidade do problema e das mudanças requeridas na política econômica continua avançando com dificuldade. Não só no Brasil, como em muitos outros países. Em Brasília, a percepção mais nítida das reais proporções da aceleração inflacionária a ser debelada – tanto aqui como na economia mundial como um todo – tem sido um processo especialmente penoso, por implicar revisão das róseas expectativas do Planalto sobre o segundo mandato do presidente Lula.

Mesmo nos países desenvolvidos, com bom padrão de condução de política econômica, o reconhecimento da realidade dos fatos não tem sido fácil. Os preços de commodities vem impondo brutal acomodação de preços relativos, que, além de pressionar a inflação, vem tendo efeitos distributivos importantes. Ao contemplar os custos políticos da distribuição das perdas que decorreriam da plena absorção do choque de preços de commodities, muitos governos têm mostrado enorme resistência ao realismo de preços.

De forma quase caricatural, essa resistência foi bem ilustrada pela proposta de resposta ao choque de petróleo feita pela França na semana passada, em reunião de cúpula da União Européia: taxar as empresas petrolíferas e utilizar a arrecadação obtida para subsidiar combustíveis usados por pescadores, caminhoneiros e fazendeiros, três grupos especialmente vocais e incômodos. Não é surpreendente que a proposta tenha sido logo repudiada por outros países europeus, que se bateram por uma política realista de preços, que induza os consumidores a reduzir a demanda por combustíveis. Do primeiro-ministro da Suécia se ouviu o esclarecimento ponderado – e politicamente corajoso – de que seu governo estará empenhado em estimular os suecos a trabalhar mais para que possam bancar o aumento de suas despesas com combustíveis.

No Brasil, ainda falta muito para que o governo mostre entendimento tão lúcido dos difíceis desdobramentos do choque de preços de commodities. Há não mais de dois meses, quando ainda fazia guerra aberta ao Banco Central e alardeava que tudo não passava de “inflação do feijãozinho”, o Ministério da Fazenda também apostou na tática de escamotear aumentos de preços. Para neutralizar o impacto sobre o índice de inflação, decidiu reduzir a tributação sobre trigo, óleo diesel e gasolina e manter os consumidores alheios à dura realidade do mercado de commodities. Agora, alarmado com os efeitos da inflação sobre famílias de renda mais baixa, o governo decidiu partir

para a reabertura da caixa de Pandora da indexação, tentando assegurar reposição plena do poder de compra dos benefícios do Bolsa-Família.

Mas o Planalto já percebeu que a aceleração inflacionária é de amplo espectro e requer solução de mais fôlego. Não parece ter mais dúvidas sobre a necessidade de uma resposta articulada da política macroeconômica. Contudo, passar dessa constatação à prática não tem sido fácil. Falta ainda, ao governo, um mínimo de consenso sobre o teor e a intensidade da resposta que se faz necessária. Na contenção da demanda, o Banco Central continua fazendo sua parte com determinação, mas num trabalho em grande medida solitário e ainda exposto a críticas contundentes de dentro do governo. Embora as investidas da Fazenda se tenham tornado mais discretas, estão longe de ter desaparecido por completo.

Desgastada por um embate no qual, mais uma vez, constatou estar na ponta equivocada, a Fazenda ainda não se deu por vencida. Insiste agora que o que tinha de ser feito já foi feito e que é preciso dar tempo ao tempo e esperar os resultados das medidas já adotadas. Para bom entendedor, isso significa que a Fazenda reserva posição para criticar novos aumentos da taxa de juros. Que ainda não vê razões para que o governo se comprometa com uma elevação substancial, clara e crível do superávit primário, respaldada por pronunciamento inequívoco do presidente Lula. E que prefere continuar mesclando o esforço fiscal mais intenso com a criação do rocambolesco e extemporâneo “cofrinho” soberano.

Tudo indica que ainda vai ser preciso mais um par de meses até que o Planalto se convença de que o quadro inflacionário era de fato ainda mais preocupante do que já havia conseguido constatar. E que, como de hábito, a Fazenda estava equivocada.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.